

CIDADES, CULTURAS, MEMÓRIAS E IDENTIDADES: UMA PROPOSTA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

*Gisele Lütke S. Jarek**

Resumo

Palavras-chave: Educação. História. Educação patrimonial

Abstract

This paper discusses the importance of the city as a living document to be exploited by the teacher outside the classroom, and the role of Patrimonial Education sector in the educational process, as a means of reading and understanding of the universe of socio-cultural student and affirmation of historical awareness and their citizenship.

Keywords: Education. History. Patrimonial Education.

Introdução

Partindo da premissa de que a educação deve atuar na perspectiva da construção do conhecimento refletindo sobre a realidade vivida do aluno, respeitando sua história de vida e contribuindo para que ele entenda o seu papel de cidadão, convidamos o leitor a repensar a prática do ensino de História. Em sua trajetória enquanto disciplina escolar, a História passou por

* Professora da Educação Básica do Estado do Paraná. Professora do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Estado do Paraná. E-mail: giselelsjk@bol.com.br

diversas tendências e concepções, principalmente após a década de 1980, que foi caracterizada por crescentes tentativas de aproximar o seu ensino do cotidiano, da vida privada, dos acontecimentos comuns e das mentalidades, tendo por base a corrente da Nova História Cultural. Nesta corrente se evidencia a importância de valorizar ações e relações humanas permitindo que a cultura – enquanto modo de vida de um povo – torne-se objeto de estudo da história. E, apesar do surgimento de autores que abraçaram tal concepção na produção de livros didáticos, o ensino de História em sala de aula ainda permanece carregado por uma História Tradicional, advinda da corrente filosófica positivista e da Escola Metódica Alemã que, ao evidenciarem os grandes acontecimentos políticos e econômicos e os chamados “grandes heróis”, continua provocando desinteresse por parte dos alunos. Nesse tipo de ensino são, geralmente, apresentados uma série de fatos históricos para serem memorizados pelos alunos sem que saibam seu sentido e sem relação com a história vivida por eles.

Esta forma de ensino, centrada na memorização mecânica de grandes episódios da vida nacional e da história européia, pouco contribui para a formação de um senso crítico por parte do aluno, uma vez que ele não se reconhece como agente histórico; a história retratada nos livros permanece feita por uma elite dominante das quais ele não faz parte e, portanto, não lhe diz respeito. Essa conjuntura, aliada ao contexto das mudanças globais, massifica e alija o jovem de sua cultura e de suas raízes: somos marcados por um mundo em constante transformação e essa realidade faz com que as pessoas percam seus referenciais históricos e o sentimento de pertença e identidade local, regional e nacional. Corroborando nessa assertiva, Hobsbawm afirma que:

A destruição do passado (...) é um dos fenômenos mais lúgubres do final do séc. XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem relação com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio (HOBSBAWN, 1995.)

Dentro desse quadro preocupante, nossas inquietações vão em busca de possibilidades e saídas. Como fazer nosso aluno perceber que sua história individual resulta em um movimento processual se ele não se reconhece na História que lhe é apresentada em sala de aula e, tampouco, nos espaços por ele vivido cotidianamente? Como fazer da História - essa disciplina tão próxima e ao mesmo tempo tão distante dele - uma ferramenta para a leitura do mundo e de suas complexidades articulada à sua vida e ao seu entorno?

Entendemos que a ação educativa no campo da História não se restringe apenas à sala de aula. Está sendo reconhecida em múltiplos espaços sociais como museus, praças, bairros, lugares de memórias, enfim, o espaço em que se vive. Esse reconhecimento pode ser ampliado se soubermos, a partir do cotidiano do aluno, propor reflexões e ações para a compreensão do mundo e do espaço em seu entorno. Conforme Rego:

Os espaços cotidianamente vividos (o pátio e o prédio da escola, o bairro e seus diferentes lugares, a urbanidade ou a ruralidade) são espaços plenos de perguntas a serem feitas, problemas a serem discutidos, de soluções a serem pensadas. (REGO, 2007, p. 9)

Propomos, então, uma reflexão sobre a Cidade - não só enquanto conteúdo histórico proposto em diversos currículos - mas também como um documento a ser explorado pelo professor(a) de História, ou seja, como um espaço de múltiplas memórias, culturas, identidades e conflitos. No espaço da cidade, diversas práticas culturais são percebidas e se tornam mais concretas nas ruas, bairros, praças e lugares de memória. Em cada um desses lugares um sistema de valores se manifesta. Portanto, a trajetória da cidade pode ser lida nas diferentes marcas que os homens selecionaram, conscientemente ou não, para transmitir algo a outras gerações.

A investigação de diferentes espaços de uma cidade, com suas particularidades e contradições e, principalmente, com pessoas concretas vivendo nela, poderá contribuir para a construção e solidificação da consciência histórica, na medida em que passamos a conhecer a forma como os diferentes grupos viveram e se organizaram no espaço. Essa reconstrução histórica permite aflorar o sentimento de pertença e de cidadania, na medida em que os alunos poderão refletir, selecionar, escolher marcas significativas, enfim, identificar bens culturais que se quer coletivamente preservar, apropriar e usufruir. Dessa forma, ao possibilitar ao aluno reconhecer-se como parte de uma memória comum, criadora de identidade, estará se concedendo uma melhor compreensão do espaço de que é herdeiro, possibilitando-o desempenhar um papel ativo na sociedade, pois não é possível integrar-se plenamente na cultura de uma cidade se não nos apropriamos da herança histórica que estrutura essa mesma cidade.

Ao compreender sua identidade cultural e reconhecer-se nela, conscientemente, os alunos estarão apropriando-se de sua experiência histórica e, segundo Schmidt (2005), esses procedimentos comportam a transposição ao ensino de História de alguns elementos que fazem parte da própria construção do conhecimento histórico, ou seja, a explicação e a construção de conhecimentos históricos, o trabalho com as temporalidades históricas e o uso do documento histórico como também o uso de novas tecnologias da informação e de seus produtos.

Cotidiano e cidade

Segundo Pesavento (1995), a cidade é uma realização muito antiga. Da Ur dos Ziguraths à Tebas das Sete Portas, da Roma dos Césares à Avignon dos Papas, ela marca sua presença na história, através daqueles elementos que assinalam o advento do que se considera civilização. Mas é, sobretudo, com o advento do capitalismo que se impõe a “questão urbana”,

[Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 180-191, jul./dez. 2007](#)

em que processos econômicos e sociais muito claros vão se delineando, transformando a existência: concentrações populacionais, migrações, superpovoamento e transformação do espaço vão moldando as cidades. Porém, estes estudos estão bastante presentes na historiografia estrangeira e nacional: nosso olhar irá além, através do viés da história cultural. Nessa corrente historiográfica, o conceito de representação é fundamental para pensar o social. Representação, segundo Pesavento (1995), é a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem mental ou material, que trabalha com uma atribuição de sentido. Para Schmitd (*apud* GuYon; Mousseau; Tutiaux-Guillon, 1993, p.144-8), a representação é uma forma de conhecimento do senso comum, situada na interface do psicológico e do social, do individual e do coletivo, é uma construção, ao mesmo tempo produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade. As representações pressupõem comunicação, decisão, ação. Permitem ao indivíduo inserir-se num grupo social e legitimar seus comportamentos. A representação é uma visão de mundo, uma maneira de pensar. No entanto, elas são prisioneiras de seu contexto de origem, e são largamente dependentes da situação que as faz emergir. Não existem no absoluto; as representações permitem ao indivíduo efetivar suas próprias idéias, questionar, validar ou refutar determinadas visões de mundo.

Segundo Oliveira (2002), a vida urbana passa por enormes transformações nos modos de organização do espaço urbano. Essas tendências espaciais, como as temporais, compõem um complexo jogo de construção de identidades, que vem passando por transformações em todo o mundo. Nas cidades brasileiras a modernidade tem levado a uma violenta destruição das marcas do passado. Concordamos com Magaldi (1992, p.21) quando afirma que se no antigo reside uma parcela importante da memória social e da identidade cultural dos habitantes da cidade "[...] desconsiderar a questão do patrimônio histórico e ambiental urbano é exilar o cidadão, alijá-

lo de seu próprio meio - fazer da cidade um ambiente hostil e estranho à maioria da população”.

O tempo atual, marcado pelas mudanças, transformações e destruições, contrasta com outros tempos: o das permanências, da continuidade e da memória. Portanto, são as memórias que compõem anamorficamente a realidade da cidade, e a opinião se torna elemento necessário dessa operação de mixagem, pela qual chegam até nós essas condensações de tempo, esses deslocamentos de nomes, provocando modificações sensíveis em nossa percepção de cidade.

Nos estudos técnicos e oficiais normalmente a cidade se apresenta como única. Na realidade, entretanto, ela é múltipla: suporte de memórias diversas, em que esquecimentos e lacunas são redes simbólicas diferenciadas. Dessa forma, o espaço enquanto ruas, praças, bairros, rios e lagos estão plenos de lembranças, experiências e memórias. A cidade se revela em suas esquinas, ruas, em aglomerados ou vazios urbanos, nas pessoas, nas festas ou manifestações religiosas, nos bairros e comunidades, expondo sutilmente sua história. A paisagem urbana vai se revelando como um documento a ser lido, decifrado pelo historiador, que se depara com uma multiplicidade de histórias. Podemos ir mais além: a cidade ou o campo, representada pelas manifestações do patrimônio cultural, pode ser um documento vivo explorado pelo professor e contribuir para a construção de uma nova cidadania e de uma identidade cultural plural. Ou seja, a partir da experiência e do contato direto com a história e as manifestações de cultura percebidas em seu espaço, com todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, pode-se levar crianças e jovens a um processo ativo de construção de conhecimento, apropriação e valorização da sua herança cultural, capacitando-as para a reflexão e à seleção dos bens que realmente as identificam e, conseqüentemente, preparando-as para um melhor usufruto desses bens.

A temática da memória e de suas relações com o patrimônio cultural é recente na historiografia brasileira. Talvez por isso mesmo seja praticamente ausente do processo ensino-aprendizagem. Porém, com a abertura de novas perspectivas nesse âmbito, as discussões em se trabalhar com Educação Patrimonial e bens do Patrimônio Cultural no ensino se ampliaram. Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais apontam para esta questão, como a valorização do patrimônio sócio-cultural, respeito à diversidade social e reconhecimento da diversidade cultural como direito de todos os povos, o incentivo à pesquisa e à diversificação de metodologias de ensino.

Este artigo apresenta um caminho, uma proposta metodológica, utilizando-se da Cidade e de suas manifestações (culturais, históricas, ambientais, geográficas) como possibilidade de estudo. Por isso, a escolha do tema a ser estudado certamente deve se relacionar à realidade concreta do lugar onde o aluno vive, dentro de um recorte temporal e geográfico específico. Utilizando-se da Educação Patrimonial como uma metodologia, pode-se aplicá-la a qualquer evidência material ou imaterial de cultura, seja ele um objeto, um monumento, um centro urbano ou uma comunidade rural, os processos de trabalho ou qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. O trabalho com a Educação Patrimonial tem como um de seus principais objetivos proporcionar ao aluno uma experiência concreta em relação ao passado, tornando-o mais autônomo para suas próprias interpretações, pois, o objeto, enquanto documento histórico, não fala por si mesmo; isto dependerá de nossa capacidade de formular perguntas e de explorá-lo corretamente.

A utilização do patrimônio cultural na aprendizagem de História ganhou relevância principalmente a partir das últimas décadas do século passado, transformando-se em um campo de estudo bastante amplo e significativo para os historiadores. A Educação Patrimonial torna-se, assim, um processo constante de ensino-aprendizagem que tem por objetivo central e foco de ações o patrimônio. Por meio de ações voltadas à reflexão, apropriação e

preservação do patrimônio podemos despertar nas crianças, nos jovens e nos adultos uma maior sensibilidade e consciência na construção de sua identidade e cidadania.

Muitos historiadores e profissionais que lidam com a dimensão da memória vêm propondo a elaboração de programas de educação patrimonial. Segundo Horta (1999), a Educação Patrimonial reforça a auto-estima dos indivíduos e das comunidades e a valorização da cultura brasileira em sua rica diversidade. Nesse sentido, a educação patrimonial compreende desde a inclusão nos currículos escolares de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a preservação desse patrimônio, até a realização de cursos, palestras para educadores e comunidade em geral a fim de despertar o senso de preservação da memória histórica e o reconhecimento e a valorização da cultura local.

É evidente que ao utilizar-se da cidade como um documento vivo, com suas múltiplas memórias e contradições, faz-se necessário fazê-lo dentro de uma perspectiva de Educação Patrimonial transformadora, que gere questionamentos, aponte os conflitos existentes e permita a reflexão sobre o controle da memória e os processos de ocultamento e de visibilidade existentes no patrimônio. Através dessas marcas, das rugosidades presentes na cultura material e imaterial percebidas na cidade, é possível obter conhecimentos de uma determinada época, das condições socioeconômicas de um determinado bem, das relações de poder que se manifestam por meio de sua materialidade, durabilidade, ou representatividade e, sobretudo, analisar o caráter seletivo da memória: é possível apropriar-se dos espaços oficiais a fim de que o aluno perceba as relações deste patrimônio com outros elementos e as tensões e contradições existentes na seleção e na tentativa de representação deste passado: o que ele nos representa? O que me diz? Esta história aqui materializada é a história de quem? A quem interessa preservá-la ou não?

Patrimônio, cidadania e identidade cultural

A preservação do patrimônio cultural hoje é vista como uma questão de cidadania, por ser direito de todos e por reforçar a identidade cultural num momento em que, paulatinamente, estes elementos estão sendo esquecidos por conta dos avanços tecnológicos e das mudanças na organização sócio-cultural advindas tanto pelos veículos de comunicação em massa quanto pela globalização econômica, que vão sutilmente inserindo novos padrões de consumo e de comportamento.

Na trajetória da política preservacionista do país prevaleceu certa valorização de bens arquitetônicos, os chamados “de pedra e cal”, como também obras de arte e da cultura representativos dos símbolos do poder constituído. Neste contexto, podemos entender as razões das constantes depredações e violações ao patrimônio histórico: a sociedade não se reconhece nos ícones, símbolos e nos monumentos que foram preservados por uma ação governamental e, em contrapartida, não se sente responsável pela preservação de uma memória que não lhe diz respeito, até mesmo porque essa população não foi consultada acerca do que se deve preservar ou não.

Segundo Oriá (2005), a identidade de um país, estado ou cidade se faz com memória individual e coletiva. Somente quando a sociedade resolve preservar e divulgar seus bens culturais é que se inicia o processo de construção de seu ethos cultural e de sua cidadania. No contexto desta cidadania está inserido o direito à memória. Mas o que isto significa? Significa que todos devem ter acesso aos bens materiais e imateriais que representem o seu passado, suas tradições, a sua história. Os bens preservados não representam a nostalgia centrada apenas no sentimento de perda, mas representativos, de acordo com Paoli (1992), da elaboração do passado como experiência coletiva de formação da cultura e da sociedade e como formador de identidades.

E por que a memória é importante na construção desta identidade? Para Oriá (2005) é a memória que faz com que os habitantes percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas lutas e experiências cotidianas. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Sem a memória não se consegue situar-se na própria cidade, e acaba-se perdendo o elo afetivo da relação habitante-cidade e assim sentimo-nos deslocados e confusos. Esta perda de referenciais históricos e culturais, pautados na memória da cidade, nos dá uma estranha sensação de que somos “estrangeiros” em nossa própria casa, e aí nos restam apenas os lugares que o poder econômico dos setores dominantes construiu ou escolheu para manter como símbolo de uma memória única e excludente que não favorece a multiplicidade de memórias e identidades presentes em uma cidade.

Por esta razão, é essencial, enquanto professores de História, assegurar uma prática educativa que colabore para uma educação transformadora, formando alunos capazes de (re)conhecer sua própria história cultural, percebendo suas contradições e conflitos. Essa leitura possibilitará o desenvolvimento de uma consciência histórica que os levará à apropriação e ao melhor usufruto de seu patrimônio, dando verdadeiro significado à palavra cidadão, como aquele ser que possui a condição de intervir em sua realidade.

Referências

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: história*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

HOBBSBAWN, Eric *Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KUENZER, Acácia.(org). *Ensino Médio*. Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação Patrimonial*. Orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Editora, 2004.

MAGALDI, Cássia. O público e o privado: propriedade e interesse cultural. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória - patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, 1992.

MAGALHÃES, Leandro H. Patrimônio Histórico e Educação Patrimonial: aspectos contextuais, teóricos e práticos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, UNISINOS, São Leopoldo. RS.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe(org). *O Saber histórico na sala de aula*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. In : SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória – patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, 1992.

PESAVENTO, Sandra J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol 8, n. 16, 1995. p 279-280..

REGO, N. Geografia educadora, isso serve para.... In: REGO, N. CASTROGIOVANNI, A.C; KAERCHER, N. A. (Org.). *Geografia, práticas pedagógicas para o ensino médio*. 1ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007, v. 1, p. 4-11.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

SOARES, André L. *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria. Editora UFSM, 2003.